

# AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA RELEVÂNCIA AOS ESTUDOS DA RACIONALIDADE HUMANA

## RELEVANCE THEORY'S CONTRIBUTIONS TO HUMAN REASONING STUDIES

Angélica Jeanice Martins Andersen\*

UFPR

Maurício Fernandes Neves Benfatti\*\*

UFPR

**RESUMO:** Este artigo destaca a contribuição da Teoria da Relevância (TR) (1986/1995) para os atuais estudos da racionalidade. Segundo ela, a racionalidade decorre do processo evolutivo e adaptativo humano e as inferências advêm de heurísticas que ocorrem rapidamente e sem o tipo de racionalidade explícita descrita por Grice (1975). Começamos por elucidar a perspectiva da pragmática sobre a comunicação e seguimos apresentando os aspectos da TR que lançaram as bases para teorias da racionalidade. Cada tópico traz um panorama sobre questões-chave, desde os modelos de código e ostensivo-inferencial, passando pelo papel da atenção na maximização da relevância, nos processos inferenciais e na transmissão de conhecimento. Finalmente, tratamos da racionalidade na perspectiva relevantista e apresentamos teorias influentes que abordam a questão atualmente. Assinalamos como as teorias do processo dual descrevem os processos mentais da racionalidade dividindo-os em dois sistemas: intuitivo e deliberativo. Esses sistemas são avaliados por Mercier e Sperber na Teoria Argumentativa da Racionalidade (MERCIER; SPERBER, 2011, 2021; SPERBER; MERCIER, 2017), que emprega pressupostos relevantistas. Corroborando com esta perspectiva, argumentamos que a racionalidade seria uma espécie de inferência intuitiva que emergiu em virtude da sociabilidade humana com propósitos argumentativos os quais sustentam funções sociais e comunicativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da Relevância. Racionalidade. Pragmática. Teorias do Processo Dual. Atenção.

---

\*Doutoranda na área de Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Comunicação e Cognição UFPR/CNPq e do Relevance Researcher's Network. Possui MBA em Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pesquisadora e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3365-5727>. E-mail: [angelica.andersen@ufpr.br](mailto:angelica.andersen@ufpr.br).

\*\*Doutor na área de Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Comunicação e Cognição UFPR/CNPq e professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6823-8272>. E-mail: [MFpandeiro@gmail.com](mailto:MFpandeiro@gmail.com).

**ABSTRACT:** This article highlights the contributions of Relevance Theory (RT) (1986/1995) to current studies of reasoning. It suggests that reasoning emerged from evolutionary and adaptive human processes and that inferences arise from heuristics occurring rapidly and without the explicit rationality described by Grice (1975). We begin by elucidating the pragmatics perspective on communication and proceed by presenting features of RT that have laid the foundations for theories of reasoning. Each section provides an overview of critical aspects, from the code and ostensive-inferential models to the role of attention in maximizing relevance, inferential processes, and knowledge transmission. Finally, we focus on reasoning from a relevance-oriented perspective and present influential theories that currently address the issue. We outline how dual-process theories describe the mental processes of reasoning by dividing them into two systems: intuitive and deliberative. Mercier and Sperber evaluate these systems in the Argumentative Theory of Reasoning (MERCIER; SPERBER, 2011, 2021; SPERBER; MERCIER, 2017), which employs relevance-theoretic assumptions. Corroborating with this perspective, we argue that rationality is a kind of intuitive inference that emerged from human sociability with argumentative purposes to support social and communicative functions.

**KEYWORDS:** Relevance Theory. Rationality. Pragmatics. Dual-Process Theories. Attention.

## Introdução

Ao contrário do que muitos acreditam, um modelo centrado no código linguístico não é capaz de descrever a comunicação humana por não contemplar as diversas variáveis envolvidas na inferência da mensagem intencional do falante e dado que o significado literal de um enunciado subdetermina o significado do falante (SCOTT-PHILLIPS, 2015). No modelo inferencial, em contrapartida, a função do significado linguístico de um enunciado não é codificar o significado do falante, mas fornecer evidências de seu significado. A pragmática busca explicar como o público infere o significado do falante com base nas evidências fornecidas (WILSON; SPERBER, 2005).

Contudo, ainda predomina uma visão da comunicação humana centrada no código linguístico, na qual a linguagem seria fruto de associações amplamente compartilhadas entre sinais e significados. Nessa visão, a semântica e a sintaxe, por estudarem o código linguístico, são frequentemente consideradas disciplinas fundamentais, enquanto a pragmática é apresentada como tópico secundário, que se dedicaria ao estudo dos aspectos que não podem ser resolvidos pela semântica ou pela sintaxe (SCOTT-PHILLIPS, 2015).

Na realidade, a pragmática busca compreender os processos envolvidos na produção e compreensão dos enunciados, procurando elucidar os processos inferenciais e ostensivos envolvidos na comunicação humana. Enquanto a semântica e a sintaxe estudam o significado de forma isolada e idealizada, a pragmática estuda o significado inferencial dentro do contexto de uso da linguagem.

Consequentemente, por estudar os sistemas linguísticos que tornam a comunicação eficiente, a pragmática é capaz de ajudar a elucidar diversos fenômenos relacionados à comunicação humana. Assim, a pragmática tem sido cada vez mais concebida como o estudo de uma

capacidade mental, ou seja, a capacidade de competência pragmática e a Teoria da Relevância (TR) (1986/1995) situa-se na vanguarda desta mudança (SCOTT-PHILLIPS, 2015).

Este artigo objetiva destacar a contribuição da pragmática em geral e, particularmente, da TR para os estudos da racionalidade. Para tanto, traçamos um caminho a partir da elucidação da perspectiva pragmática nos processos comunicativos, chegando nas atuais influentes teorias da racionalidade, a fim de demonstrar como os pressupostos relevantistas têm sido responsáveis pelo desenvolvimento de teorias posteriores que detalham o funcionamento dos mecanismos da racionalidade humana.

Tendo em vista o cenário descrito, acreditamos que tanto a pragmática, de maneira geral, quanto a TR, de modo mais específico, oportunizam reflexões importantes em diversos debates sobre a mente e a cognição. Isso porque, ao propor um modelo ostensivo-inferencial para a interpretação linguística, a TR acaba por adentrar os espaços reservados à cognição central, responsável, entre outras coisas, pelas tomadas de decisão, por exemplo. Notoriamente, algumas abordagens nas ciências cognitivas são relutantes quanto à possibilidade de escrutínio de mecanismos centrais da cognição. Inadvertidamente, ao cruzar esse limiar por meio de um modelo teórico robusto, abre-se a brecha para compreender os mecanismos de ostensão e inferência para além dos debates linguísticos. Nesse artigo, nossa atenção será voltada aos debates sobre a natureza da racionalidade humana. Por esse motivo, o objetivo desse trabalho é o de avaliar as potenciais contribuições da pragmática relevantista às discussões acerca da natureza da racionalidade.

Dessa forma, o primeiro tópico deste artigo estabelece as distinções e aplicabilidade do modelo de código e do modelo ostensivo-inferencial, evidenciando a importância da pragmática para compreensão da comunicação humana, além de fornecer os pressupostos fundamentais da TR. Ao descrever a concepção de comunicação ostensivo-inferencial, situamos a significação pragmática para além dos mecanismos de codificação e decodificação linguística. Posteriormente, discutimos o papel da atenção na comunicação e na cognição humana. No terceiro tópico, passamos a debater especificamente o papel da atenção na maximização de relevância e nos processos de transmissão de conhecimento. Dado que a atenção é um recurso limitado na cognição humana, seu funcionamento e a forma como é alocada são fundamentais para compreender a racionalidade.

Os próximos quatro tópicos são dedicados à racionalidade. No quarto tópico, descrevemos a relação entre racionalidade e relevância. Tratamos da maximização racional presente no princípio cognitivo da relevância, que atua automaticamente de forma não explícita, e de como a TR aborda a racionalidade no processo inferencial, lançando as bases para determinar os objetivos da racionalidade humana. No tópico cinco, avaliamos como a racionalidade atua nos processos de inferência intuitiva a respeito das razões produzidas pelos indivíduos gerando representações mentais.

Na sequência, apresentamos algumas teorias proeminentes na atualidade que tentam elucidar o funcionamento da racionalidade e debatemos as teorias que advogam por uma abordagem dual da racionalidade (EVANS; STANOVICH, 2013; KAHNEMAN, 2011; KRUGLANSKI; GIGERENZER, 2011; NEYS, 2021; TVERSKY; KAHNEMAN, 1974; VIALE, 2021; WASON, 1966; WASON; EVANS, 1974) Enfatizamos, particularmente, o papel social da racionalidade nos processos inferenciais e apresentamos diferenciações teóricas entre ‘razão’ e ‘intuição’.

Finalmente, destacamos a abordagem que representa um desdobramento da TR, sugerindo que a racionalidade não teria o objetivo de resolver problemas humanos, mas de fornecer argumentos que sustentam funções sociais e comunicativas (MERCIER; SPERBER, 2011, 2021; SPERBER et al., 2010; SPERBER; MERCIER, 2017). Nesse sentido, a ‘razão’ teria finalidade argumentativa. Tal percurso corroborou a nossa expectativa de que a TR e a pragmática são profícuas fontes de debates sobre aspectos centrais da cognição humana.

## **A comunicação ostensivo-inferencial na pragmática e os pressupostos relevantistas**

Dois modelos teóricos distintos são capazes de descrever a possibilidade de comunicação de qualquer espécie, o modelo de código e o modelo ostensivo-inferencial, de acordo com Scott-Phillips (2015). O modelo de código é constituído por mecanismos associativos e pode ser utilizado para descrever a comunicação entre os animais, mas não é capaz de detalhar a comunicação humana, ao contrário do que muitos acreditam. O modelo ostensivo-inferencial é baseado em mecanismos da metapsicologia para descrever a linguagem humana, que seria um tipo de comunicação linguística ostensivo-inferencial incrementada por um conjunto de convenções comunicativas.

A comunicação ostensivo-inferencial consiste em manifestar a uma audiência a intenção de tornar manifesta uma camada básica de informação. Ela envolve uma intenção informativa, ou seja, tornar manifesta ou mais manifesta para a audiência um conjunto de pressupostos e a intenção comunicativa, ou seja, manifestar mutuamente ao público e ao comunicador que o comunicador tem a intenção informativa. Ela é inferencial na medida em que a audiência infere a intenção do comunicador a partir das evidências fornecidas para este propósito específico (SPERBER; WILSON, 1995).

Grice (1975) foi responsável por lançar a fundamentação para um modelo inferencial de comunicação como alternativa para as teorias linguísticas anteriores, baseadas no modelo de código, que combina sobretudo duas metáforas: o modelo matemático de código na comunicação (SHANNON; WEAVER, 1949) e a metáfora do condúite (REDDY, 1979). A premissa tácita seria de que a comunicação ocorre através da codificação e decodificação de conteúdo na forma de sinais ou caracteres. Um comunicador codifica um pensamento em um sinal e a audiência o decodifica por meio de uma cópia idêntica do código. Segundo Scott-Phillips (2015), o modelo de código é altamente intuitivo e pode ser utilizado para descrever casos de comunicação animal de forma simples e geral, como por exemplo, a comunicação bacteriana.

Um dos problemas com a utilização do modelo de código para descrever a linguagem humana é que as produções linguísticas geralmente contêm expressões sensíveis ao contexto ou ambíguas, sendo sua decodificação sujeita a diversas variáveis para a interpretação da mensagem intencional (referentes, expressões indexicais, contexto linguístico e não-linguístico, conteúdo implícito, entre outros) que não são contempladas neste modelo. Ademais, os enunciados podem ser interpretados de maneiras diferentes dependendo do contexto, pois o significado literal de um enunciado subdetermina o significado do falante.

De acordo com o modelo inferencial, a função do significado linguístico de um enunciado não é codificar o significado do falante, mas fornecer evidências de seu significado. Logo, os enunciados são evidências linguisticamente codificadas. Dessa forma, o processo de compreensão envolve a decodificação de enunciados, gerando *inputs* para um processo de inferência não-demonstrativo que produz uma interpretação do significado do falante. Portanto, a pragmática busca explicar como o público infere o significado do falante com base nas evidências fornecidas (WILSON; SPERBER, 2005).

Todavia, a visão dominante nos estudos da linguagem é a de que são os códigos que tornam a linguagem possível. Noutras palavras, a linguagem seria fruto do desenvolvimento de associações amplamente partilhadas entre sinais e significados. Nesse cenário, a capacidade humana de ostensão e inferência fazem com que a linguagem seja capaz de expressar uma gama extremamente vasta de proposições. Assim, particularmente a semântica e a sintaxe, por estudarem os aspectos que envolvem o código linguístico, são consideradas disciplinas fundamentais, enquanto a pragmática assim como o estudo de outros fenômenos que não são facilmente explicáveis em termos de um código são apresentados como tópicos secundários. “O pressuposto implícito é que as línguas são, quando despojadas das suas características mais básicas, esquemas de codificação extremamente ricos. Portanto, o código está no cerne da concepção padrão da linguagem. Ostensão e inferência são acessórios de bonificação.”<sup>1</sup> (SCOTT-PHILLIPS, 2015, p. 14, *tradução nossa*).

A comunicação humana é intencional, segundo a TR. Assim, o comportamento ostensivo é aquele que manifesta a intenção de tornar algo manifesto. O comportamento ostensivo fornece provas do pensamento do indivíduo e, ao fazê-lo, implica uma garantia de relevância, pois os seres humanos automaticamente dirigem a sua atenção para o que lhes parece ser mais relevante. Dessa forma, um ato de ostensão traz uma garantia de relevância, tornando manifesta a intenção por detrás da ostensão. Adicionalmente, a ostensão fornece duas camadas de informação: a informação que foi apontada e a informação de que a primeira camada de informação foi apontada intencionalmente.

Segundo Scott-Phillips (2015), a pragmática busca compreender os processos cognitivos envolvidos na produção e compreensão dos enunciados linguísticos e outros tipos de estímulos comunicativos relacionados, bem como o caráter ostensivo da comunicação linguística, tornando possível elucidar as facetas das origens da linguagem. Logo, a pragmática pode ajudar a explicar a evolução das pré-condições biológicas para a linguagem humana, porquanto a evolução dos processos cognitivos foi um pré-requisito para a emergência da linguagem. Destarte, “(...) a origem da linguagem é consequência da criação de uma forma de comunicação evolutivamente nova, chamada comunicação ostensiva (...)” (SCOTT-PHILLIPS, 2015, p. xiii, *tradução nossa*).

Todavia, a pragmática é muitas vezes vista como uma disciplina que se dedicaria ao estudo dos aspectos que não podem ser resolvidos pela semântica ou pela sintaxe. Esta noção advém de uma visão da linguagem como um código que, em si mesmo, torna a comunicação possível.

<sup>1</sup> Do original: “The implicit assumption is that languages are, when stripped to their most basic features, extremely rich coding schemes. Thus, the code lies at the heart of the standard conception of language. Ostension and inference are bonus add-ons.” (SCOTT-PHILLIPS, 2015, p. 14).

<sup>2</sup> Do original: “(...) is that the origin of language was the consequence of the creation of an evolutionarily novel form of communication, called ostensive communication (...)” (SCOTT-PHILLIPS, 2015, p. xiii).

Nessa visão, as habilidades pragmáticas seriam apenas um facilitador dispensável. Entretanto, a pragmática examina a base comunicativa para o uso da linguagem, sendo que a comunicação ostensiva, estudada pela pragmática, seria a responsável pela origem da linguagem. Assim, cada vez mais, a pragmática tem sido concebida como o estudo de uma capacidade mental, ou seja, a capacidade de competência pragmática e a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986/1995) situa-se na vanguarda desta mudança (SCOTT-PHILLIPS, 2015).

A comunicação ostensiva está na base da TR, e sua evolução na espécie humana é explicada pela natureza hiper social dos humanos. Ela envolve formas sofisticadas de cognição social e sua emergência permitiu que os humanos pudessem partilhar códigos convencionais, que evoluíram para a formação de palavras, da gramática e de outros aspectos que formam a linguagem. Assim, a pragmática, que muitas vezes é tratada como parte periférica e pouco definida da linguística, é essencial para a compreensão da linguagem e sua evolução. De acordo com Scott-Phillips (2015), enquanto a semântica estuda o significado de forma isolada e idealizada, a pragmática estuda o significado dentro do contexto, pois, muitas vezes, o que é dito difere do que se pretende dizer ao produzir um enunciado. Portanto, as teorias pragmáticas, por estudarem os sistemas linguísticos que tornam a comunicação mais eficiente, são essenciais para compreender a comunicação humana.

A TR apresenta uma abordagem pragmática cognitiva, proposta sobretudo com o intuito de fornecer um relato psicologicamente realista da comunicação. Ela busca explorar os processos cognitivos envolvidos na produção e compreensão dos enunciados linguísticos e outros estímulos comunicativos relacionados. Deste modo, a relevância é definida como uma propriedade dos *inputs* para os processos cognitivos. A relevância de um *input* é uma função de equilíbrio entre os efeitos cognitivos alcançados e o esforço necessário para o seu processamento. Na comunicação ostensivo-inferencial, os enunciados criam uma presunção de relevância ótima na medida em que o falante assume que seu enunciado é pelo menos suficientemente relevante para ser processado e o mais relevante compatível com suas capacidades e preferências. Isto justifica que o ouvinte siga um caminho de menor esforço ao derivar o significado e implicações explícitas do enunciado, parando quando alcança uma interpretação que satisfaz suas expectativas de relevância (ALLOTT, 2002).

## O papel da atenção na Teoria da Relevância

De acordo com a TR, três características envolvem a cognição humana: 1) monitoramento contínuo de uma grande variedade de propriedades ambientais; 2) permanente disponibilidade (com diferentes graus de acessibilidade) de uma enorme quantidade de dados memorizados; e 3) capacidade de processamento atento e eficaz que pode tratar apenas uma quantidade bastante limitada de informação num dado momento. O resultado é um ‘gargalo de atenção’: apenas uma fração da informação ambiental monitorada pode ser processada com atenção e apenas uma fração da informação memorizada pode intervir sobre ela (WILSON; SPERBER, 2012).

A ‘teoria do gargalo da atenção’ (BROADBENT, 1958) sugere que as pessoas têm uma quantidade limitada de recursos atencionais que podem utilizar de uma única vez, considerados em termos da quantidade de dados que o cérebro pode processar a cada segundo. Portanto, a

informação e os estímulos são ‘filtrados’ de alguma forma, de modo que apenas a informação mais saliente e importante é percebida. Imagine-se uma grande garrafa cheia de areia que é virada de cabeça para baixo. O gargalo restringe o fluxo de areia de modo que ela se derrame lentamente em vez de sair toda de uma só vez. Da mesma forma, nossos recursos de atenção restringem a quantidade de estímulos no ambiente (visuais, auditivos, olfativos e tácteis) que podemos processar de uma só vez.

Destarte, nem todas as características do ambiente monitorado são igualmente dignas de atenção e nem todos os dados memorizados são igualmente úteis no processamento de um determinado fragmento de informação ambiental. Dessa forma, a eficiência cognitiva no ser humano é derivada principalmente da habilidade de selecionar, do ambiente, por um lado, e da memória, por outro, informação que vale a pena reunir para um processamento conjunto e atento que envolve dispêndio de energia (WILSON; SPERBER, 2012).

Imaginemos uma situação em que Maria chega a uma festa, se junta a uma roda de colegas do trabalho e ouve um deles dizer: ‘Ele adorou a praia!’. Para inferir o significado pretendido pelo falante através deste enunciado, Maria buscará em sua memória as referências mais acessíveis. Ela não vai imaginar, por exemplo, que ‘ele’ refira-se a um colega distante de infância que não vê há anos e sim uma pessoa do sexo masculino que pertença ao grupo social daqueles colegas que compõem a roda de conversa.

Da mesma maneira, ao tentar inferir a qual ‘praia’ o enunciado faz referência, Maria não vai imaginar uma praia qualquer e sim alguma praia que o referente ‘ele’ tenha mencionado que iria visitar. Logo, para desambiguar os referentes para ‘ele’ e para ‘praia’ Maria precisará realizar o processamento inferencial de todos os componentes do enunciado em conjunto. Ela rapidamente buscará de sua memória informações relevantes que estabeleçam uma relação entre uma pessoa do sexo masculino que pertença ao grupo social daqueles colegas da roda de conversa e que tenha mencionado uma viagem a uma determinada praia para inferir o significado pretendido pelo falante através do enunciado.

Kahneman (2011), diferencia os processos mentais em dois tipos: automáticos e controlados. Tarefas rotineiras que foram bem aprendidas, como andar e dirigir, tornam-se automáticas e são realizadas sem o emprego de muita atenção. As tarefas complexas ou pouco familiares exigem maior atenção e um processamento controlado e mais lento (KAHNEMAN, 2011). Dessa forma, o monitoramento geral do ambiente é feito de maneira sub-atencional pelos seres humanos. Portanto, um baixo nível de processamento realiza o monitoramento dos estímulos ambientais e as decisões relativas ao que prestar atenção são tomadas no início do processo de percepção. Apesar disso, os estímulos em que não se presta atenção são processados até um certo ponto (GAZZANIGA; HEATHERTON; HALPERN, 2005). Logo, a comunicação ostensivo-inferencial não é a única forma de transmissão de informação. Uma grande quantidade de informação é transmitida involuntariamente e recebida de forma sub-atenta (WILSON; SPERBER, 2012).

No exemplo da festa acima, se considerarmos que Maria é uma pessoa adulta e saudável, podemos supor que ela não aloca muita atenção para realizar as tarefas de caminhar entre os convidados da festa sem esbarrar em ninguém, pegar uma taça de vinho e servir-se da comida oferecida. Caso um colega passe a descrever para ela uma história trivial que ela já ouviu anteriormente, ou seja, um assunto que não faz parte de seus interesses, é possível que Maria aloque uma pequena quantidade de atenção e outros recursos cognitivos para acompanhar e

derivar interpretações para a narrativa do colega. Neste caso, os efeitos cognitivos positivos são muito pequenos para justificar uma grande alocação de recursos.

Entretanto, se o colega de Maria passar a explicar um tema que é crucial para o desenvolvimento do trabalho dela, que ela não havia compreendido anteriormente, é possível que Maria destine muitos recursos cognitivos para processar os enunciados a fim de obter os maiores efeitos positivos advindos desta explicação. Portanto, neste caso, os grandes esforços de processamento compensam, pois muitos efeitos cognitivos vantajosos serão obtidos devido à relevância da informação.

Adicionalmente, Maria poderá estar exposta a diversas conversas paralelas ocorrendo no mesmo ambiente. Ela pode estar acompanhando uma narrativa de um caso ocorrido com um colega, mas se ela ouvir seu nome mencionado em outra conversa paralela, mesmo que um pouco distante, a relevância desta informação desviará sua atenção e ela tentará ouvir atentamente e entender o que estão dizendo a seu respeito. A entonação, volume de voz, expressão corporal e facial e todos os aspectos ambientais relacionados ao falante que enunciou o nome 'Maria' serão processados mais ou menos profundamente, de maneira mais ou menos atenta, conforme a sua relevância para Maria, e poderão influir na derivação da interpretação dos enunciados feita por ela.

## O papel da atenção na maximização da relevância e na transmissão de conhecimento

Muitos pesquisadores têm tentado identificar o que torna uma informação digna de atenção (ANDERSEN, 2020; ANDERSEN; GODOY, 2020; BRADY; GANTMAN; VAN BAVEL, 2020; GOLDHABER, 1997; SIMON, 1994). Segundo Wilson e Sperber (2012), talvez não haja uma resposta geral para esta pergunta, mas apenas uma longa lista de propriedades que fornecem respostas parciais: utilidade prática, importância para os objetivos do indivíduo, poder evocativo, e assim por diante. Eles argumentam que todas estas respostas parciais são casos especiais de uma resposta mais geral, baseada numa noção teórica de relevância. A relevância, nesse caso, é uma propriedade potencial de estímulos externos (e.g. enunciados, ações) ou representações internas (e.g. pensamentos, memórias) que fornecem *inputs* para processos cognitivos. A relevância de um *input* para um indivíduo num determinado momento é uma função positiva dos benefícios cognitivos que ele alcançaria com o seu processamento e uma função negativa do esforço de processamento necessário para alcançar esses benefícios.

O tratamento relevantista para a questão da atenção parte do entendimento de que há normalmente mais informações no ambiente de qualquer ser humano do que ele poderia prestar atenção e muito mais do que ele poderia processar mentalmente na sua totalidade. A partir daí, torna-se necessário considerar um equilíbrio entre o esforço empreendido e o benefício extraído a partir deste esforço. Esta abstração se justifica considerando-se que o ambiente é demasiado carregado de *inputs* e o processamento mental dispendioso (ALLOTT, 2013).

Na TR, o 'ambiente' compreende não apenas os objetos físicos, mas também as fontes de informação, como enunciados produzidos por outros seres humanos, livros, a Internet, anúncios, entre outros (ALLOTT, 2013). O pressuposto de que os seres humanos não são capazes de



processar profundamente todos os *inputs* do ambiente é partilhado pelas concepções de ‘racionalidade limitada’, termo cunhado por Herbert Simon nos anos de 1950 e posteriormente desenvolvido por diversos pesquisadores (ALLOTT, 2002, 2007; KRUGLANSKI; GIGERENZER, 2011; MERCIER; SPERBER, 2021; VIALE, 2021)

No exemplo da festa da qual Maria está participando, diversos diálogos estão ocorrendo ao mesmo tempo em que há música e barulho de taças, talheres, entre outros no ambiente. Podemos supor que Maria é capaz de ouvir todos os sons que estão sendo produzidos no ambiente onde ela está. Contudo, ainda que os sons sejam inteligíveis, Maria não é capaz de, simultaneamente, processar e inferir interpretações para todos os diálogos que estão ocorrendo ao mesmo tempo e identificar e processar a origem e circunstâncias de cada elemento sonoro. A atenção de Maria será direcionada para o processamento integral apenas dos *inputs* que, através da ostensividade e após uma rápida triagem inicial, tenham relevância para ela naquele contexto particular e levando em conta todas as expectativas de relevância geradas por Maria de acordo com sua idiossincrasia.

Da mesma forma, ao inferir o significado dos *inputs* do ambiente, Maria utilizará todas as informações contextuais que julgar relevantes a partir tanto do seu ambiente físico como do seu ambiente mental, buscando a maximização da relevância. Assim, se uma pessoa conhecida perguntar a Maria ‘sua tia está melhor?’, ela imediatamente estabelecerá todas as conexões entre o falante e os eventos e informações trocadas anteriormente e disponíveis em sua memória para inferir que a pergunta se refere à sua tia Antônia que havia sofrido um infarto e estava acamada, sendo que ela havia partilhado este relato na semana anterior com o falante que enunciou a pergunta. A inferência pode incluir implicações adicionais, como questões de polidez, e Maria poderá concluir que o falante, através da gentileza implicada pela pergunta, deseja indicar que se importa com ela.

A importância da atenção na transmissão de conhecimento é avaliada pelo antropólogo Tim Ingold (2010) ao detalhar o conceito de educação da atenção. Ele critica o modelo epidemiológico de transmissão cultural no qual o conhecimento, na forma de representações, seria transmitido entre os indivíduos através de passos sucessivos de externalização comportamental e internalização perceptiva. Nessa visão, o conhecimento estaria codificado em algum tipo de linguagem e seria transmitido mesmo quando não ocorre sua aplicação prática em tarefas e contextos específicos. Ingold (2010) propõe que a transmissão de conhecimento estaria relacionada à atenção, através de um processo de aprendizado por redescobrimto. Para ele, a educação da atenção seria um processo de afinação do sistema perceptivo.

Na educação da atenção, o aprendizado advém de uma cópia do conhecimento, sendo que esta cópia não ocorre através da transcrição automática do conteúdo mental de um indivíduo para outro, mas através da atenção. Destarte, a transmissão acontece através da noção de mostrar, prestar atenção ao que é mostrado e seguir o que os outros fazem. Dessa forma “(...) o iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista e procura, através de tentativas repetidas, igualar seus próprios movimentos corporais àqueles de sua atenção, a fim de alcançar o tipo de ajuste rítmico de percepção e ação que está na essência do desempenho fluente.” (INGOLD, 2010, p. 21).

Portanto, o especialista possui conhecimentos superiores aos de um iniciante não porque adquiriu representações mentais que o tornam capaz de arquitetar uma visão de mundo mais

sofisticada, a partir de uma mesma base de dados, mas porque sua percepção desenvolveu-se no sentido de apreender ou atentar para aspectos fundamentais do ambiente à sua volta, os quais passam despercebidos para o iniciante. Em outras palavras, a atenção do especialista está mais afinada. Dessa forma, “(...) em vez de ter suas capacidades evolutivas recheadas de estruturas que representam aspectos do mundo, os seres humanos emergem como um centro de atenção e agência cujos processos ressoam com os de seu ambiente.” (INGOLD, 2010, p. 21).

Consequentemente, a atenção teria papel um papel crucial na transmissão e evolução do conhecimento humano e poderia explicar a transmissão cultural:

Assim, ao longo do desenvolvimento, a história das relações de uma pessoa com o seu ambiente está envolvida em estruturas específicas de atenção e resposta, neurologicamente fundamentadas. Do mesmo modo, envolvidas dentro das variadas formas e estruturas de ambiente estão as histórias das atividades de pessoas. Em suma, as estruturas neurológicas e as formas (artefatos) que Sperber chama de representações não são causas e efeitos umas das outras, mas emergem juntas como momentos complementares de um processo único – isto é, o processo da vida das pessoas no mundo. É dentro deste processo que todo conhecimento é constituído. (INGOLD, 2010, p. 23).

Na visão de Ingold (2010), a cognição é um processo que ocorre em tempo real. Quando um indivíduo olha ou ouve outra pessoa, ele está, naquele breve momento, acompanhando o mesmo caminho percorrido pelo outro, fazendo parte da experiência, da jornada, do outro. Ações que normalmente são descritas como opostas - no campo da ação e da atenção direcionada à ação - como ouvir e falar, ou olhar e fazer, seriam processos orientados numa mesma direção, guiados pelo movimento da consciência.

De certa forma, o que está em jogo nessa discussão é a premência do social sobre a cognição. Em termos relevantistas, poderíamos dizer que Ingold (2010) concentra sua própria atenção em um fato indiretamente contemplado pela Teoria da Relevância (1986/1995), a saber: na competição por atenção promovida pela profusão de estímulos potencialmente comunicativos da vida social, nenhum estímulo é mais relevante do que aquele que é ostensivamente direcionado ao indivíduo. Esse direcionamento não necessariamente ocorre em trocas comunicativas face a face. A publicidade, por exemplo, constrói interlocutores ideais, para quem as peças publicitárias são voltadas na esperança de ‘falar’ com um determinado público-alvo. Ao fazer isso, a campanha publicitária espera que os estímulos presentes nas peças sejam capazes de se ligar facilmente a determinado conhecimento de mundo que se espera ser amplamente difundido entre os indivíduos que se encaixam no público-alvo em questão.

Muito embora os relevantistas nunca tenham feito réplicas às críticas de Ingold (2010), há motivos para imaginar que esse caráter pedagógico dos mecanismos cognitivos de atenção não é, de fato, ignorado pelo caminho epistemológico que emerge da TR. Como exemplos, podemos citar as teorias profundamente influenciadas pelo relevantismo que apontam os mecanismos inferenciais como responsáveis não apenas pela interpretação de comportamentos ostensivos, mas também como mecanismos de pedagogia natural (CSIBRA; GERGELY, 2009, 2011) e a seara acadêmica de escrutínio da psicologia social que emerge da TR, especialmente a que considera os mecanismos inferenciais como responsáveis por investigar o conhecimento

socialmente estabelecido a partir do que os teóricos chamam de vigilância epistêmica (SPERBER et al., 2010). Tais desenvolvimentos teóricos nos levam a entender que é possível identificar um deslocamento epistemológico da TR, costumeiramente apresentada como uma teoria cognitiva, para o campo da investigação psicossocial.

## Racionalidade e relevância

A suposição relevantista de que os nossos sistemas cognitivos tendem a obter um bom retorno pelo esforço dispendido (princípio cognitivo da relevância) alicerça-se no entendimento de que nossos sistemas cognitivos estão bem adaptados aos seus ambientes normais. O processo evolutivo teria selecionado sistemas capazes de produzir comportamentos que tendem a maximizar o retorno em ambientes normais, trabalhando com informação limitada e utilizando atalhos. Portanto, o princípio cognitivo da relevância é um princípio de maximização racional (ALLOTT, 2013).

Todavia, não se trata de “(...) racionalidade de nível superior, ou seja, o tipo de racionalidade que exige consciência e abertura a razões, capacidade de refletir sobre ações e suas consequências, e assim por diante.”<sup>3</sup> (ALLOTT, 2013, p. 5, *tradução nossa*). Portanto, não é a capacidade de reflexão humana que sustenta a racionalidade adaptativa resumida no princípio cognitivo. Ao contrário, o princípio cognitivo aplica-se a todos os aspectos da cognição humana, incluindo sistemas em grande parte automáticos e não reflexivos, como o módulo de reconhecimento facial e a tendência inata para prestar atenção a ruídos fortes, bem como ao raciocínio reflexivo e consciente (ALLOTT, 2013).

Muitos estudiosos da comunicação humana têm defendido que os princípios de racionalidade guiam os ouvintes (e os leitores e espectadores) na derivação de interpretações comunicativas (CLARK, 2021). Grice baseava-se no pressuposto de que a comunicação é uma atividade racional e cooperativa: “(...) para que x tenha significado N, o efeito pretendido deve ser algo que, em certo sentido, esteja dentro do controle da audiência, ou que, em certo sentido de ‘razão’, o reconhecimento da intenção por trás de x seja para a audiência uma razão e não uma mera causa.”<sup>4</sup> (GRICE, 1957, p. 385, *tradução nossa*). Dessa forma, “(...) as nossas conversas não consistem normalmente numa sucessão de observações desconexas, e não seriam racionais se o fossem.”<sup>5</sup> (GRICE, 1975, p. 41, *tradução nossa*).

A TR sustenta a ideia de que os princípios pragmáticos são, em última análise, racionais, mas encara a compreensão como envolvendo uma heurística que funciona rapidamente e sem o tipo de raciocínio explícito assumido por Grice (CLARK, 2021). “A Teoria da Relevância afirma que a compreensão se baseia num procedimento inferencial de domínio específico, mas não é, por si só, uma teoria da racionalidade humana.”<sup>6</sup> (WILSON; SPERBER, 2012, p. 283, *tradução nossa*).

<sup>3</sup>Do original: “(...) no higher-level rationality is necessarily involved, that is, the kind of rationality that requires awareness of and openness to reasons, the ability to reflect on actions and their consequences and so on.” (ALLOTT, 2013, p. 5).

<sup>4</sup>Do original: “(...) for x to have meaning N, the intended effect must be something which in some sense is within the control of the audience, or that in some sense of “reason” the recognition of the intention behind x is for the audience a reason and not merely a cause.” (GRICE, 1957, p. 385).

<sup>5</sup>Do original: “(...) Our talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks and would not be rational if they did.” (GRICE, 1975, p. 41).

<sup>6</sup>Do original: “Relevance theory claims that comprehension is based on a domain-specific inferential procedure, but it is not, in

Dessa forma, a heurística de compreensão orientada pela relevância propõe que seja seguido um caminho de menor esforço na construção de uma interpretação para o enunciado, particularmente na resolução de ambiguidades e indeterminações referenciais. Deve-se ir além do significado linguístico para estabelecer os pressupostos contextuais e para a derivação das implicaturas. O processamento se interrompe quando as expectativas de relevância forem satisfeitas. Portanto, deve-se seguir um caminho de menor esforço e parar na primeira interpretação global que satisfaça as expectativas de relevância (WILSON; SPERBER, 2012).

Assim, um ouvinte que utilize a heurística da compreensão teórica da relevância seguirá um caminho de menor esforço no desenvolvimento da inferência, combinando os pressupostos contextuais disponíveis para justificar a derivação de conclusões suficientes a fim de tornar o enunciado relevante da forma esperada. De tal modo, no exemplo em que Maria ouviu o enunciado ‘Ele adorou a praia!’, para desambiguar o significado de ‘ele’ é possível que Maria inicialmente pense em todos os colegas de trabalho que estavam de férias recentemente, mas assim que conseguir delimitar aquele colega que costuma viajar para a praia ou que informou Maria que ele pretendia viajar para um local com praia, a relevância desta informação acessível a partir da memória de Maria será suficiente para que ela pare de processar outros possíveis referentes para ‘ele’.

Portanto, a TR propõe que a racionalidade desempenha um papel importante nos modelos mentais, regras de inferência e outros tipos de procedimentos de domínio geral ou específico, sendo uma teoria que pode contribuir diretamente para o estudo da racionalidade, sugerindo asserções testáveis, não sobre os procedimentos utilizados nos processos da racionalidade (exceto no caso da compreensão), mas sobre os seus objetivos (WILSON; SPERBER, 2012).

A racionalidade também foi analisada a partir de pressupostos da TR avaliando o desempenho na Tarefa de Seleção de Wason (WASON, 1966), que consiste em um teste para examinar o raciocínio hipotético-dedutivo através de condicionais. Na tarefa, uma frase condicional afirmativa (se  $p$  então  $q$ ) é apresentada ao indivíduo como regra, e em quatro cartas que indicam a afirmação ou a negação do antecedente da frase condicional ( $p$  ou  $\sim p$ ), bem como do seu conseqüente ( $q$  ou  $\sim q$ ).

A apresentação da tarefa de Seleção de Wason (WASON, 1966) possui diversas variantes, sendo que a tarefa do indivíduo consiste em dizer quais cartas devem ser viradas para saber se a regra é verdadeira ou falsa. Para verificar a hipótese de relevância, uma apresentação particular das cartas foi elaborada, demonstrando que as cartas são selecionadas com base em critérios de relevância, mais do que qualquer processo de raciocínio lógico. Portanto, os processos de compreensão linguística determinam as intuições de relevância, que modulam a seleção das cartas, de forma que as intuições podem ser manipuladas através de alterações de conteúdo e contexto, indicando a plasticidade do raciocínio em relação a fatores relacionados com o conteúdo, contexto e conhecimento empírico (SPERBER; CARA; GIROTTO, 1995)

De tal modo, embora à primeira vista seja possível afirmar que a racionalidade seja utilizada para inferir uma conclusão que decorre logicamente de determinadas premissas, não é o que ocorre de fato, de acordo com Wilson e Sperber (2012). Segundo eles, a partir de qualquer conjunto de premissas, há uma infinidade de conclusões possíveis, sendo que a maioria delas

---

and of itself, a theory of human reasoning.” (WILSON; SPERBER, 2012, p. 283).

não apresenta qualquer interesse, pois não é racional encher a mente com consequências triviais de suas crenças e algumas conclusões podem ser derivadas em determinadas circunstâncias e não em outras, conforme o contexto. Portanto, as conclusões que as pessoas estão dispostas a tirar são as que, se existirem, pareçam suficientemente relevantes no contexto em questão.

## A racionalidade na derivação de inferências intuitivas

Muitos mecanismos estão envolvidos no processo inferencial e a racionalidade é um deles. Logo, para compreender sua evolução e funcionamento é necessário compreender a forma como ela se enquadra entre outras capacidades psicológicas e o que possuem em comum. Assim, no processamento das informações são executadas diversas inferências de forma automática e inconsciente, como a aquisição da língua materna. Contudo, através da intuição são processadas muitas inferências de forma parcialmente consciente (SPERBER; MERCIER, 2017):

Quando você tem uma intuição - por exemplo, a intuição de que a sua amiga Molly está chateada, mesmo que ela não o tenha dito e possa até negá-lo - esta intuição surge totalmente formada na sua consciência; ao mesmo tempo, porém, você a reconhece como algo que veio de dentro, como uma conclusão de alguma forma tirada de dentro da sua mente. As intuições são como icebergs mentais: podemos ver apenas a ponta, mas sabemos que, abaixo da superfície, há muito mais, que não vemos<sup>7</sup>. (SPERBER; MERCIER, 2017, p. 6, *tradução nossa*).

O conteúdo das intuições é consciente, ainda que elas sejam experimentadas como um tipo distinto de estado mental. As intuições não são percebidas como meras suposições; apesar disso, não há consciência dos processos inferenciais que produzem uma intuição. O fato de que as intuições parecem surgir na consciência é parte do seu perfil metacognitivo. Elas emergem com uma sensação de autoconfiança metacognitiva que pode ser mais ou menos convincente e são experimentadas como mais fracas ou mais fortes. Tem-se pouco ou nenhum conhecimento das razões que fundamentam as intuições, mas assume-se que tais razões existam e que são suficientemente boas para justificar a intuição, ao menos em certa medida. As intuições também emergem com um sentido de agência ou de autoria. Embora não sejamos os autores da nossa percepção, supomos ser os autores das nossas intuições (SPERBER; MERCIER, 2017).

Assim sendo, em vez de pensar em intuições como representações mentais produzidas por um tipo especial de processo inferencial chamado ‘inferência intuitiva’ ou ‘intuição’, Sperber e Mercier (2017) defendem a existência de inferências intuitivas como inferências cujo resultado é experimentado como intuição. A ‘inferência intuitiva’, nesta perspectiva, situa-se entre a ‘inferência inconsciente’ e a ‘inferência consciente’. Estas inferências não se distinguem uma da outra pelas propriedades dos mecanismos inferenciais envolvidos, mas pelo fato de o processo de inferência e a sua conclusão serem ou não metacognitivos.

<sup>7</sup> *Do original*: “When you have an intuition—for example, the intuition that your friend Molly is upset even though she didn’t say so and might even deny it—this intuition pops up fully formed in your consciousness; at the same time, however, you recognize it as something that came from within, as a conclusion somehow drawn inside your mind. Intuitions are like mental icebergs: we may only see the tip but we know that, below the surface, there is much more to them, which we don’t see.” (SPERBER; MERCIER, 2017, p. 6).

Imaginemos, no exemplo em que Maria está desfrutando tranquilamente da festa em companhia de seus colegas, que ela vê um cachorro deitado no canto da sala, se assusta e tem a intuição de que o animal representa perigo. Ela pode simplesmente produzir uma inferência intuitiva inconsciente, a partir da visão do animal, de que ele representa perigo e sentir medo. Todavia, ao se assustar quando vê o cachorro, ela pode se engajar no processamento da inferência de perigo que a visão do animal causou e, ao recorrer à sua memória, relembrar eventos em que cachorros avançaram sobre ela de maneira agressiva e produzir uma inferência consciente, baseada em seus contextos físicos e mentais de que o cachorro representa perigo. Ela pode, ainda, a partir de seu processamento mental produzir outras inferências conscientes, diferentes da original e atualizar seus pressupostos em relação ao cachorro deitado no canto da sala. Em qualquer dos casos, segundo Sperber e Mercier (2017), trata-se de inferências intuitivas.

Destarte, os seres humanos são capazes de representar não só coisas e eventos no ambiente mental, mas também suas próprias representações dessas coisas e eventos e têm intuições sobre o que as outras pessoas pensam e sobre ideias abstratas. Estas intuições sobre representações desempenham um papel importante na capacidade de compreensão mútua, de comunicação e de partilhamento de opiniões e valores. Portanto, a racionalidade seria um mecanismo para inferências intuitivas sobre as razões, que seriam, por sua vez, um tipo de representação mental (SPERBER; MERCIER, 2017).

## **A racionalidade nas teorias de processo dual e de processo simples**

Uma das características da nossa vida mental é que alguns processos inferenciais requerem menor esforço e parecem mais intuitivos e outros são mais laboriosos e exigem maior deliberação. Esta distinção entre um modo de processamento cognitivo ‘intuitivo’ e outro ‘deliberativo’ está no cerne dos influentes modelos de processo dual que têm sido proeminentes na investigação psicológica sobre o pensamento humano desde os anos de 1960 (EVANS; STANOVICH, 2013; KAHNEMAN, 2011; WASON; EVANS, 1974) Os modelos populares de processo dual há muito concebem a intuição e a deliberação como dois processos qualitativamente diferentes. Em contrapartida, os proponentes do modelo de processo simples (KRUGLANSKI; GIGERENZER, 2011) afirmam que a diferença é uma questão de grau e não de natureza. Entretanto, há pelo menos trinta anos os psicólogos têm debatido a questão do processo dual versus processo simples sem chegar a um consenso (NEYS, 2021).

A concepção de racionalidade limitada é utilizada por diversas teorias, entretanto Mercier e Sperber (2021) arrazoam que em alguns casos, como no estudo das heurísticas e vieses (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974) as heurísticas dependem de regularidades no ambiente para chegar a decisões adequadas. Eles discordam das abordagens centradas nos vieses e falhas resultantes da utilização das heurísticas, as quais sugerem que uma forma alternativa de processamento da informação poderia conduzir a resultados superiores. Outrossim, eles destacam a particularidade relevantista das heurísticas, ressaltando que, no caso de todo o resto ser igual, a informação mais saliente provavelmente é mais relevante, tornando a disponibilidade heurística mais sensível. Do

mesmo modo, os mecanismos cognitivos tendem a especializar-se, permitindo-lhes incorporar regularidades ambientais relevantes e funcionar de forma mais eficiente.

Mercier e Sperber (2021) discordam das teorias de processo dual que dividem o processamento mental entre Sistema 1 (sujeito à racionalidade limitada) e Sistema 2 (não sujeito à racionalidade limitada). Ao contrário, eles sugerem que as intuições seriam responsáveis por todo o processamento mental (processo simples). As intuições, nessa concepção, teriam razões evolutivas e adaptativas para existir. A racionalidade, portanto, seria fortemente baseada no ambiente cognitivo e social do indivíduo. Assim, a razão entraria em cena para resolver problemas como, por exemplo, descobrir se algo é uma boa razão e para tentar encontrar razões relevantes para argumentação. Logo, a racionalidade desempenharia funções sociais, pois evoluiu com esta função.

Portanto, Mercier e Sperber (2011, 2017, 2021) defendem o modelo de processo simples, pois entendem que os modelos duais propõem um contraste entre intuição e razão como se estas fossem duas formas bastante diferentes de inferência. Segundo eles, a racionalidade é, em si mesma, uma espécie de inferência intuitiva e, entre a intuição em geral e a racionalidade em particular, existe uma categoria intermediária.

Ao se afastarem das abordagens de racionalidade que contrastam razão e intuição, Mercier e Sperber (2011, 2017, 2021) tratam o estudo da razão (no sentido de uma faculdade mental) e o das razões (no sentido de justificativas) como um estudo único e indistinto. Enquanto as abordagens dominantes nas teorias do processo dual (EVANS; STANOVICH, 2013; KAHNEMAN, 2011) entendem a racionalidade como um meio para aprimorar a reflexão solitária, eles argumentam que a racionalidade é principalmente utilizada em função das interações sociais. As razões são produzidas com o objetivo de justificar pensamentos e ações perante outros membros do grupo social e para produzir argumentos a fim de convencer os outros a pensar e agir como sugerimos (SPERBER; MERCIER, 2017).

Nesse sentido, enquanto a racionalidade é geralmente vista como o uso da lógica, ou pelo menos algum sistema de regras para expandir e melhorar o conhecimento e as decisões, Sperber e Mercier (2017) defendem que a racionalidade é muito mais oportunista e eclética e não está vinculada a normas formais. Dessa maneira, o principal papel da lógica na racionalidade humana seria retórico, dado que a lógica ajuda a simplificar e esquematizar argumentos intuitivos, destacando e muitas vezes exagerando a sua força.

## **A racionalidade com função argumentativa nas interações sociais**

A natureza da inferência pragmática é analisada a partir dos processos mentais de racionalidade por Mercier e Sperber (MERCIER; SPERBER, 2011, 2021; SPERBER; MERCIER, 2017), sugerindo que a emergência da 'razão' ocorreu para fins de argumentação. Para os comunicadores, a argumentação teria o objetivo de estabelecer confiança e boa reputação e para os destinatários teria o objetivo de não serem enganados em suas interações comunicativas. Seus estudos em psicologia cognitiva e social demonstram que as pessoas não têm conhecimento dos reais fatores que influenciam o seu comportamento, mas fornecem explicações racionais,

nas quais teorizam sobre as suas próprias ações. Na realidade, analisam o seu comportamento e o contexto e encontram razões para explicá-los.

Como argumento a favor de sua Teoria Argumentativa da Racionalidade (MERCIER; SPERBER, 2011), os autores sugerem que a racionalidade evoluiu não para resolver problemas, mas para fornecer argumentos que sustentam funções sociais e comunicativas. Essa perspectiva teórica defende que as pessoas aplicam um ‘módulo de argumentação’ para justificar e explicar as suas próprias ações, bem como as dos outros (SPERBER; MERCIER, 2017). Adicionalmente, Mercier e Sperber (2011, 2017, 2021) defendem que existe um mecanismo evoluído denominado ‘razão’, cuja função é abordar problemas de coordenação e comunicação através da produção e avaliação de razões utilizadas como justificativas ou como argumentos nas interações comunicativas.

Nessa perspectiva, a racionalidade teria evoluído originalmente por motivações sociais, mas tornou-se aplicada ao ‘eu’: “para explicar o comportamento dos outros, levamos em conta o que sabemos deles e da situação e procuramos causas prováveis (...). Para conhecer a nossa própria mente e explicar o nosso próprio comportamento, fazemos o mesmo.”<sup>8</sup> (SPERBER; MERCIER, 2017, p. 115, *tradução nossa*). Sperber e Mercier propõem que as pessoas arrazoam muito melhor na argumentação do que na dedução lógica, afirmando que “(...) o papel principal das razões não é nos motivar ou guiar às conclusões, mas explicar e justificar as conclusões pós-fato a que chegamos.”<sup>9</sup> (p. 112, *tradução nossa*).

Portanto, a racionalidade teria duas funções principais: a de produzir razões para o indivíduo justificar-se a si próprio e o de produzir argumentos para convencer os outros. Isso se deve ao fato de que os seres humanos diferem dos outros animais não só nas suas capacidades cognitivas hiperdesenvolvidas, mas também pela forma como cooperam, tanto com conhecidos como com desconhecidos, para alcançar metas de curto e de longo prazo. Este tipo de cooperação suscita problemas únicos de coordenação e confiança que são superados por mecanismos de vigilância epistêmica (SPERBER et al., 2010). Ao apresentarem razões para se explicarem e justificarem, as pessoas indicam o que as motiva e, aos seus olhos, justificam suas ideias e suas atitudes. Quando racionalizam e apresentam suas razões, os seres humanos demonstram o que esperar deles e, tacitamente, indicam o que esperam dos outros. Avaliar as razões dos outros é de suma importância para decidir em quem confiar e como alcançar a coordenação (SPERBER; MERCIER, 2017).

Conforme argumentam Sperber e Mercier (2017), a racionalidade interage com os mecanismos de vigilância epistêmica (SPERBER et al., 2010) tornando a comunicação eficaz mesmo quando os comunicadores não têm credibilidade suficiente perante seu público. A racionalidade, neste caso, teria a função de produzir razões que os comunicadores utilizam como argumentos para persuadir uma audiência hesitante e ajudaria uma audiência cautelosa a avaliar estas razões, a aceitar bons argumentos e a rejeitar os ruins.

---

<sup>8</sup> *Do original*: “To explain the behavior of others, we take into account what we know of them and of the situation, and we look for plausible causes (...). To know our own mind and to explain our own behavior, we do the same” (SPERBER; MERCIER, 2017, p. 115).

<sup>9</sup> *Do original*: “The main role of reasons is not to motivate or guide us in reaching conclusions but to explain and justify after the fact the conclusions we have reached.” (SPERBER; MERCIER, 2017, p. 112).



## Conclusão

De acordo com a TR, como resultado das constantes pressões de seleção no decorrer da evolução humana, tanto a cognição como a comunicação são orientadas para a relevância. A relevância é definida em termos de efeitos cognitivos e esforço de processamento. Dessa forma, sendo as outras coisas iguais, quanto maiores os efeitos cognitivos e quanto menor o esforço de processamento, maior a relevância. Portanto, considerando-se que o processo evolutivo humano levou a comportamentos que tendem a maximizar o retorno em relação ao esforço empregado, o princípio cognitivo da relevância é um princípio de maximização racional (ALLOTT, 2013).

Enquanto alguns teóricos, como Grice (1975), defendem que princípios de racionalidade guiam o processo inferencial, a TR sustenta que os princípios pragmáticos são racionais, mas encara a compreensão como envolvendo uma heurística que funciona rapidamente e sem o tipo de raciocínio explícito e reflexivo assumido por Grice (CLARK, 2021). Dessa forma, a TR propõe que a racionalidade desempenha um papel importante nos modelos mentais, regras de inferência e outros tipos de procedimentos de domínio geral ou específico e pode contribuir diretamente para o estudo da racionalidade (WILSON; SPERBER, 2012).

A atenção representa um gargalo na cognição humana, limitando tanto o que podemos perceber como o que podemos fazer em ambientes estimulantes. Logo, o excesso de informações ambientais gera uma pobreza de atenção (SIMON, 1994). Segundo Wilson e Sperber (2012), o que torna uma informação digna de atenção são as expectativas de relevância.

Ademais, Ingold (2010) propõe o conceito de educação da atenção, no qual a transmissão de conhecimento estaria relacionada à atenção, através do aprendizado por redescobrimto, num processo de afinação do sistema perceptivo. Ele propõe a primazia do social sobre a cognição, concentrando sua própria atenção num aspecto contemplado indiretamente pela TR: na competição por atenção promovida pela profusão de estímulos potencialmente comunicativos da vida social, nenhum estímulo é mais relevante do que aquele que é ostensivamente direcionado ao indivíduo. Nesse sentido, Ingold (2010), assim como outros teóricos, estaria contribuindo para um deslocamento epistemológico da TR, costumeiramente apresentada como uma teoria cognitiva, para o campo da investigação psicossocial.

Segundo Mercier e Sperber (2011, 2017, 2021), a racionalidade teria surgido com uma função social como consequência do elevado grau de cooperação entre os seres humanos. A cooperação seria, ainda, responsável por sua capacidade de comunicação. Todavia, a racionalidade solitária não seria capaz de corrigir intuições equivocadas; somente a argumentação entre os indivíduos é que poderia aprimorar ideias. Ademais, como a comunicação apresenta a possibilidade de que os interlocutores sejam enganados, os seres humanos desenvolveram um conjunto de mecanismos cognitivos para limitar estes riscos. Através da vigilância epistêmica (SPERBER et al., 2010) as pessoas calibram a sua confiança em outras pessoas em função da sua competência e escrúpulos.

No entanto, como a vigilância epistêmica possui limitações, a forma de salvaguardar a comunicação em tais situações é recorrer não à autoridade e à confiança nos falantes, mas às propriedades do conteúdo da própria informação, especialmente à sua coerência com o que já é reconhecido como verdadeiro pelo indivíduo. Portanto, a racionalidade seria responsável por estabelecer essa coerência, através dos argumentos apresentados pelos falantes para apoiar o

seu ponto de vista e da avaliação desses argumentos realizada pelos interlocutores para decidir se devem ou não mudar de opinião (MERCIER; SPERBER, 2021).

De acordo com Grice (1957, 1975), quando um falante produz um enunciado, ele tem um conjunto de intenções subjacentes a ele. A primeira delas é a intenção de produzir uma certa resposta no ouvinte. Em termos de uma teoria cognitiva, trata-se de uma intenção de modificar a representação mental do mundo por parte do ouvinte, fornecendo-lhe informações sobre a representação de mundo por parte do falante (ALLOTT, 2013). Quando um falante diz ‘que lindo dia de chuva’ tem a intenção de que o seu ouvinte venha pensar que está chovendo. A razão pela qual o ouvinte vem a pensar isto (se o fizer) é que a afirmação fornece uma prova *prima facie* de que o falante pensa que está chovendo e, adicionalmente, que este fato lhe agrada.

Conforme a TR, durante a evolução humana, foi exercida uma pressão contínua no sentido de obter maior eficiência cognitiva, de modo que a cognição humana é orientada para a maximização da relevância (Princípio Cognitivo da Relevância). Esta pressão atingiu tanto a organização geral da mente como cada um dos seus componentes individualmente, que estão envolvidos na percepção, memória e inferência. “O resultado não é que os humanos conseguem invariavelmente escolher a informação mais relevante disponível, mas que administram os seus recursos cognitivos de formas globalmente eficientes e previsíveis.<sup>10</sup>” (WILSON; SPERBER, 2012, p. 272, *tradução nossa*).

Portanto, a argumentação apresentada por Sperber e Mercier (2011, 2017, 2021) sobre os princípios e motivações da racionalidade humana são condizentes com as teorias pragmáticas, no sentido social e cooperativo da comunicação (GRICE, 1975) e com a abordagem relevantista (ALLOTT, 2002, 2013, 2007; SPERBER; WILSON, 1986/1995; WILSON; SPERBER, 2012) sobre a tendência de os enunciados suscitarem influência sobre os estados mentais dos outros, pois a tendência cognitiva universal para maximizar a relevância torna possível, pelo menos até certo ponto, prever e manipular os estados mentais das outras pessoas (ANDERSEN; GODOY, 2020). Destarte, ao apresentar argumentos como razões para uma conclusão específica, as pessoas indicam a forma como este argumento é relevante numa determinada situação.

## Referências

ALLOTT, Nicholas. Relevance and rationality. **Phon. ucl. ac. uk**, London, p. 1–33, 2002.

ALLOTT, Nicholas. Relevance Theory. *In*: CAPONE, F. Lo Piparo; CARAPEZZA, M. (org.). **Perspectives on Pragmatics and Philosophy**. Berlin/New York: Springer, 2013. p. 512–523. DOI: 10.1016/b0-08-044854-2/00313-8.

ALLOTT, Nicholas Elwyn. **Pragmatics and rationality**. 2007. The University of London, London, 2007.

ANDERSEN, Angélica. Do Contexto À Inferência: O Fenômeno da Propagação de Desinformação na Comunicação em Mídia Social à Luz da Teoria da Relevância. *In*: XXXV

<sup>10</sup>*Do original*: “The result is not that humans invariably succeed in picking out the most relevant information available, but that they manage their cognitive resources in ways that are on the whole efficient and predictable.” (WILSON; SPERBER, 2012, p. 272).

ENANPOLL 2020, Londrina (online). **Anais** [...]. Londrina (online): ENANPOLL, 2020. p. 1–8. Disponível em: <https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0742-1.pdf>.

ANDERSEN, Angélica; GODOY, Elena. Infodemia em tempos de pandemia: batalhas invisíveis com baixas imensuráveis. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 184, 2020. DOI: 10.19177/memorare.v7e22020184-198.

BRADY, William J.; GANTMAN, Ana P.; VAN BAVEL, Jay J. Attentional capture helps explain why moral and emotional content go viral. **Journal of Experimental Psychology. General**, Washington, v. 149, n. 4, p. 746–756, 2020. DOI: 10.1037/xge0000673.

BROADBENT, D. E. **Perception and communication**. Oxford, London, Edinburgh, New York, Toronto, Paris, Braunschweig: Pergamon Press, 1958.

CLARK, Billy. **Pragmatics: the basics**. London and New York: Routledge, 2021.

CSIBRA, Gergely; GERGELY, György. Natural pedagogy. **Trends in Cognitive Sciences**, London, v. 13, n. 4, p. 148–153, 2009. DOI: 10.1016/j.tics.2009.01.005.

CSIBRA, Gergely; GERGELY, György. Natural pedagogy as evolutionary adaptation. **Philosophical Transactions of the Royal Society B. Biological Sciences**, London, v. 366, n. 1567, p. 1149–1157, 2011. DOI: 10.1098/rstb.2010.0319.

EVANS, Jonathan St B. T.; STANOVICH, Keith E. Dual-Process Theories of Higher Cognition: Advancing the Debate. **Perspectives on Psychological Science**, Thousand Oaks, v. 8, n. 3, p. 223–241, 2013. DOI: 10.1177/1745691612460685.

GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPERN, Diane. **Ciência Psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOLDHABER, Michael. Attention Shoppers: The Currency of the New Economy Will Not Be Money, but Attention—A Radical Theory of Value. **Wired**, Boone, 1997. Disponível em: <https://www.wired.com/1997/12/es-attention/>.

GRICE, H. Paul. Meaning. **The Philosophical Review**, Cambridge, v. 66, n. 3, p. 377–388, 1957.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. **Syntax and Semantics**, New York, v. 3, p. 41–58, 1975. DOI: 10.1163/9789004368811\_003.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 01, p. 06–25, 2010.

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking, Fast and Slow**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

KRUGLANSKI, Arie W.; GIGERENZER, Gerd. Natural pedagogy. **Psychological Review**, Washington, v. 118, n. 1, p. 97–109, 2011. DOI: 10.1037/a0020762.

MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory. **Behavioral and Brain Sciences**, Cambridge, v. 34, n. 2, p. 57–111, 2011.

MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. Bounded reason in a social world. In: RICCARDO VIALE (org.). **Routledge Handbook of Bounded Rationality**. London: Routledge, 2021. p. 257–267. DOI: 10.4324/9781315658353-18.

NEYS, Wim De. On Dual and Single Process Models Of Thinking. **Perspectives on Psychological Science**, Thousand Oaks, p. 1–21, 2021.

REDDY, M. The conduit metaphor. In: A. ORTONY (org.). **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SCOTT-PHILLIPS, Thomas C. **Speaking Our Minds: Why human communication is different, and how language evolved to make it special**. 1st. ed. London: Palgrave MacMillan, 2015.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: University of Illinois Press, 1949.

SIMON, H. A. The bottleneck of attention: connecting thought with motivation. **Symposium on Motivation. Nebraska Symposium on Motivation**, Nebraska, v. 41, p. 1–21, 1994.

SPERBER, Dan; CARA, Francesco; GIROTTO, Vittorio. Relevance theory explains the selection task. **Cognition**, Amsterdam, v. 57, n. 1, p. 31–95, 1995. DOI: 10.1016/0010-0277(95)00666-M.

SPERBER, Dan; CLÉMENT, Fabrice; HEINTZ, Christophe; MASCARO, Olivier; MERCIER, Hugo; ORIGGI, Gloria; WILSON, Deirdre. Epistemic Vigilance. **Mind & Language**, Hoboken, v. 25, n. 4, p. 359–393, 2010.

SPERBER, Dan; MERCIER, Hugo. **The enigma of reason: A new theory of human understanding**. Harvard: Harvard University Press, 2017.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: Communication and Cognition, 2nd edition**. Second ed. Oxford (1986/1995): Blackwell Publishers, 1995. DOI: 10.1191/026765800673158592.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. **Science**, Washington, v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124.

VIALE, Riccardo (ORG.). **Routledge Handbook of Bounded Rationality**. London: Routledge, 2021. DOI: 10.4324/9781315658353.

WASON, P. C. Reasoning. In: FOSS, B. (org.). **New Horizon in Psychology**. London: Harmondsworth: Penguin, 1966.

WASON, P. C.; EVANS, J. ST B. T. Dual processes in reasoning? **Cognition**, Amsterdam, v. 3, n. 2, p. 141–154, 1974. DOI: 10.1016/0010-0277(74)90017-1.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Teoria da Relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, p. 221–268, 2005.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. **Meaning and Relevance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.